

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL

## Diretrizes básicas

---

**IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**  
**SEPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO**

*Gerente SEPHAN                      Arquiteta Suzane Albers Araujo*

*Arquiteta Betina Adams*

*Engenheiro Marco Aurélio da Silva Jorge*

*Restauradora Maria Anilta Nunes*

*Assistente Social Dorothea Hagemann*

*Técnica em Edificações Olga Rabelo*

*Desenho Rafael Haetinger Bernal*

*Secretária Nelzi Maria Mafra*

---

### **Elaboração :**

TEXTO:                      Arq. Betina Adams  
                                    Arq. Suzane Albers Araujo  
                                    Ass. Social Dorothea Hagemann  
                                    Restauradora Maria Anilta Nunes

(Com incorporação das reflexões realizadas em conjunto com um grupo de profissionais em novembro e dezembro de 2005, que resultaram no documento “Pensando a cidade: aspectos do patrimônio material”, com objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Florianópolis)

janeiro de 2007  
(revisão julho 2008)

## **INTRODUÇÃO**

A Ilha de Santa Catarina tem se destacado pela atratividade que exerce. Esta realidade resulta em um forte dinamismo no setor turístico, de caráter não só nacional, como internacional. A crescente imigração também contribui para que o Município tenha uma das maiores taxas de crescimento populacional do país. Esta atratividade está diretamente relacionada à sua excepcional beleza natural. Gradativamente, os aspectos culturais de natureza material e imaterial tem sido objeto de maior visibilidade e interesse, tanto para moradores como para os visitantes.

Florianópolis, portanto, deve ser compreendida como um binômio: integração, compatibilização e preservação de ecossistemas e assentamentos urbanos identificadores da cultura do município. O Plano Diretor vigente, embora contemplando aspectos culturais, tem priorizado os aspectos ambientais.

Em âmbito internacional a questão cultural tem recebido destaque, tendo sido considerada como um elemento indispensável no desenvolvimento equilibrado e saudável das nações, com vistas à sua sustentabilidade em todos os aspectos.

## CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS<sup>1</sup>

### FLORIANÓPOLIS: 6.000 ANOS DE ATRATIVIDADE

O contexto histórico do município pode ser compreendido através de 5 períodos apresentados a seguir:

#### I – PERÍODO PRÉ-COLOMBIANO

A exuberante e diversificada natureza da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço, com seus ancoradouros naturais formados pelas baías, propiciou uma contínua ocupação humana. Assim, o município apresenta inúmeros sítios arqueológicos, cuja datação mais antiga é 5.700 anos. Este acervo é composto por sambaquis (montes de conchas, geralmente situados junto ao mar ou manguezais), oficinas líticas e inscrições rupestres espalhados por toda a região de Florianópolis e litoral adjacente.

Noelli (2005, p. 122 - 124), informa que há aproximadamente 2000 anos, a costa passou a ser ocupada pelos jês, populações vindas do Brasil Central para a região sul, tendo como ponto de partida o território hoje ocupado pelo estado de São Paulo. Os jês, que eram chamados de ubirajaras pelos espanhóis, trouxeram a agricultura. Sua chegada parece ter causado o declínio e gradual interrupção da construção de sambaquis. Aproximadamente 1000 anos mais tarde, os sambaquieiros e jês foram deslocados para o interior pelos guaranis, de matiz cultural tupi. Os guaranis haviam partido da região amazônica há cerca de 3000 anos, descendo as bacias dos rios Paraguai e Paraná, em um longo processo de expansão. Também conhecidos como carijós, os índios viviam em pequenas aldeias isoladas e sobreviviam da caça, pesca e cultivo de milho e mandioca. Denominavam a Ilha de Meiembipe, que significaria “lugar acima do rio” ou Yurú-Miry (Jurumirim).

#### II - PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: Era dos Descobrimentos, Primeiros Povoadores e Defesa e Ocupação do território

A história da ocupação do litoral catarinense está vinculada diretamente à navegação no Atlântico Sul e ao plano de expansão territorial português no Brasil Meridional. As disputas quanto à localização da linha divisória entre o mundo português e espanhol, definida no Tratado de Tordesilhas, em 1494, conferem a importância estratégica da Ilha de Santa Catarina para portugueses e espanhóis. (Ver Mapa 1)



Mapa 1  
“Período Colonial Brasileiro: território português (séc. XVI)”

<sup>1</sup> Para elaboração do texto foram consultadas obras de CABRAL, FARIAS, MELLO, CORREA PELUSO JUNIOR, PIAZZA e POYARES DOS REIS, citadas na bibliografia.

### Era dos Descobrimentos (XVI)

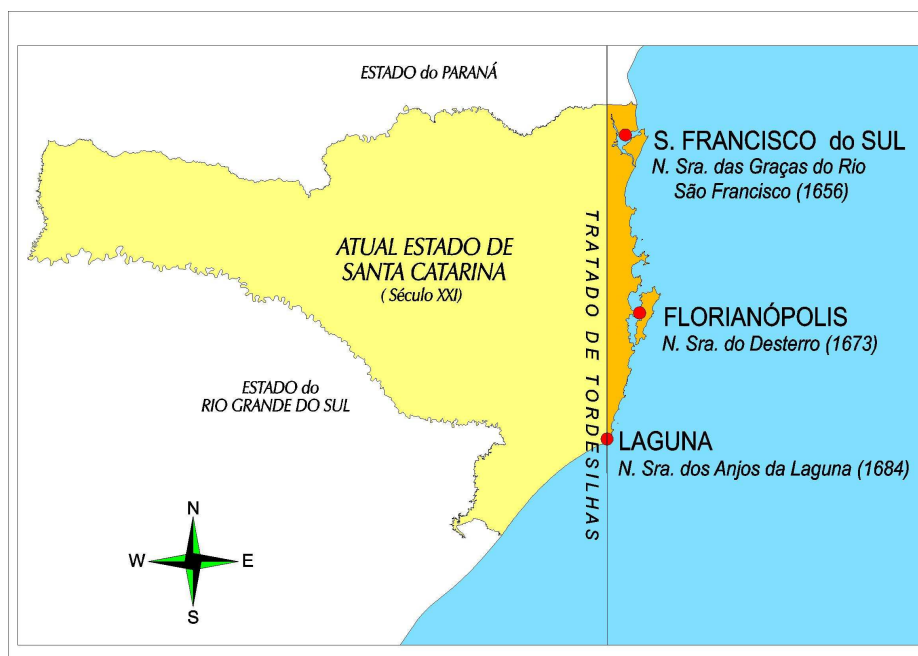
A partir do século XVI, com o incremento da navegação no Atlântico Sul com destino à bacia do rio da Prata, ao Estreito de Magalhães e ao Pacífico, a Ilha de Santa Catarina era procurada por possuir excelente porto natural, que favorecia o abastecimento das expedições européias, sobretudo espanholas. Há inúmeros registros de viajantes deste período. A Ilha, chamada de Meimbipe pelos indígenas, era conhecida pelos europeus como Ilha dos Patos. A denominação atual, Ilha de Santa Catarina, foi dada por Sebastião Caboto, em 1526.

Mello comenta que esta região foi pólo irradiador de notícias sobre “o povo serrano que tem muito ouro”, uma alusão ao império incaico, o que contribuiu para a intensificação da busca por riquezas a partir desta porção territorial. Considera também que naufragos e amotinados oriundos de expedições espanholas (a exemplo dos eventos ocorridos em 1516 e 1526, respectivamente) viriam a estabelecer, na Ilha de Santa Catarina, um dos primeiros e mais importantes povoados mestiços da costa do Brasil. (MELLO, 2005, pag174 do vol. I e pag 142 do vol. III). (Ver Mapa 2 na pagina seguinte)

Ante o avanço da movimentação espanhola, Dom João III decidiu-se pelo início efetivo da colonização, através da doação de Capitânicas Hereditárias. A Ilha de Santa Catarina fazia parte das Terras de Santana, concedidas em 1534 a Pero Lopes de Sousa (irmão de Martim Afonso de Sousa). A capitania compreendia a extensão da Barra de Paranaguá, Ilha do Mel, até Laguna, representando a porção mais ao sul do território português.

### Primeiros Povoadores e Posse do território (XVII)

No contexto de desbravar e tomar posse do território português nas Américas, foram fundadas as povoações de Nossa Senhora do Desterro (17 de fevereiro de 1673)<sup>2</sup>, atual Florianópolis, juntamente com São Francisco do Sul (1656), ao norte e Laguna (1684), ao sul. (Ver Mapa 3).

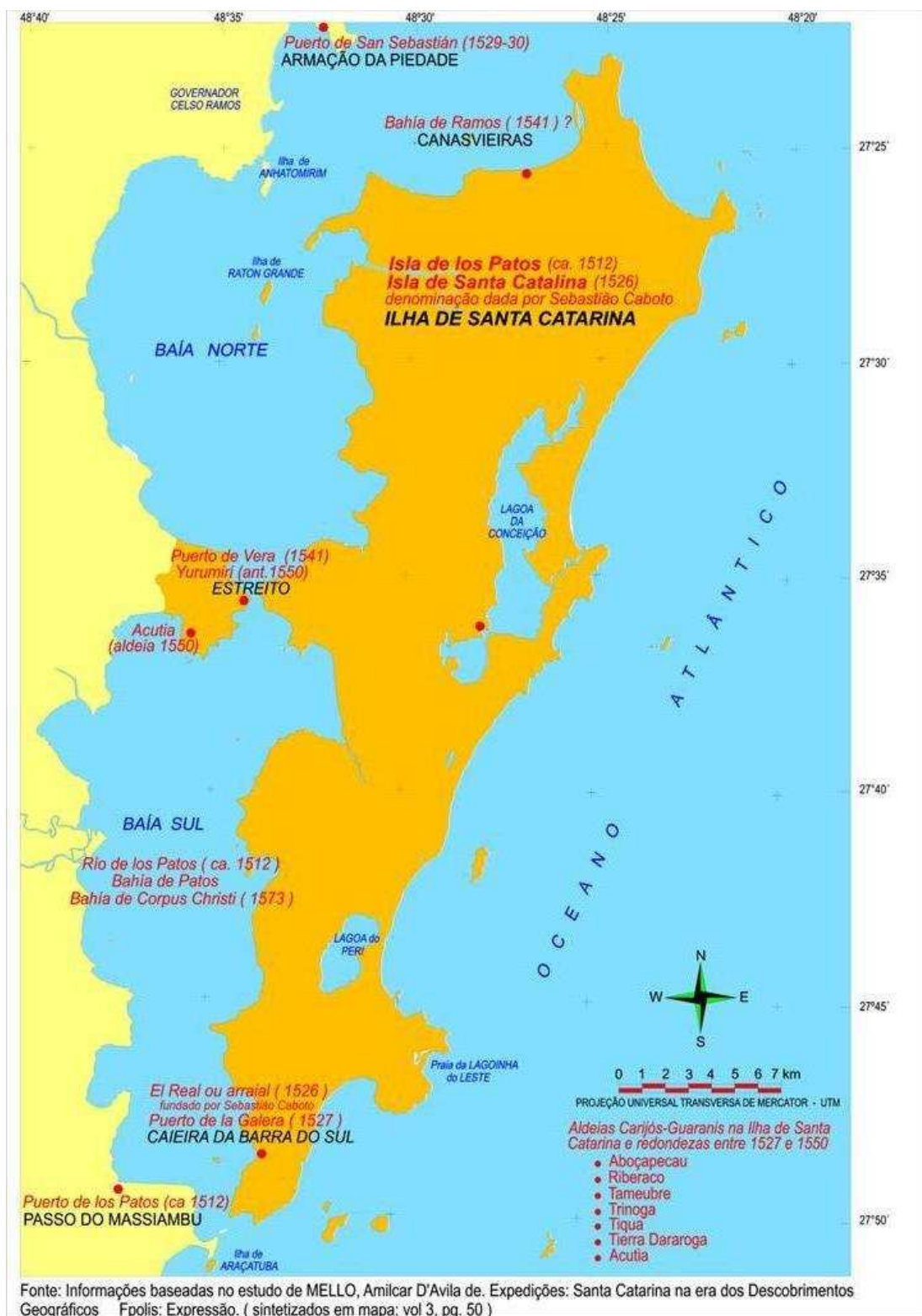


Mapa 3  
“Período

<sup>2</sup> Segundo os Parecer técnico e histórico do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Colonial Brasileiro: povoamento vicentista (séc. XVII)”

Mapa 2: “Período Colonial Brasileiro: era dos descobrimentos (séc. XVI)”





INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

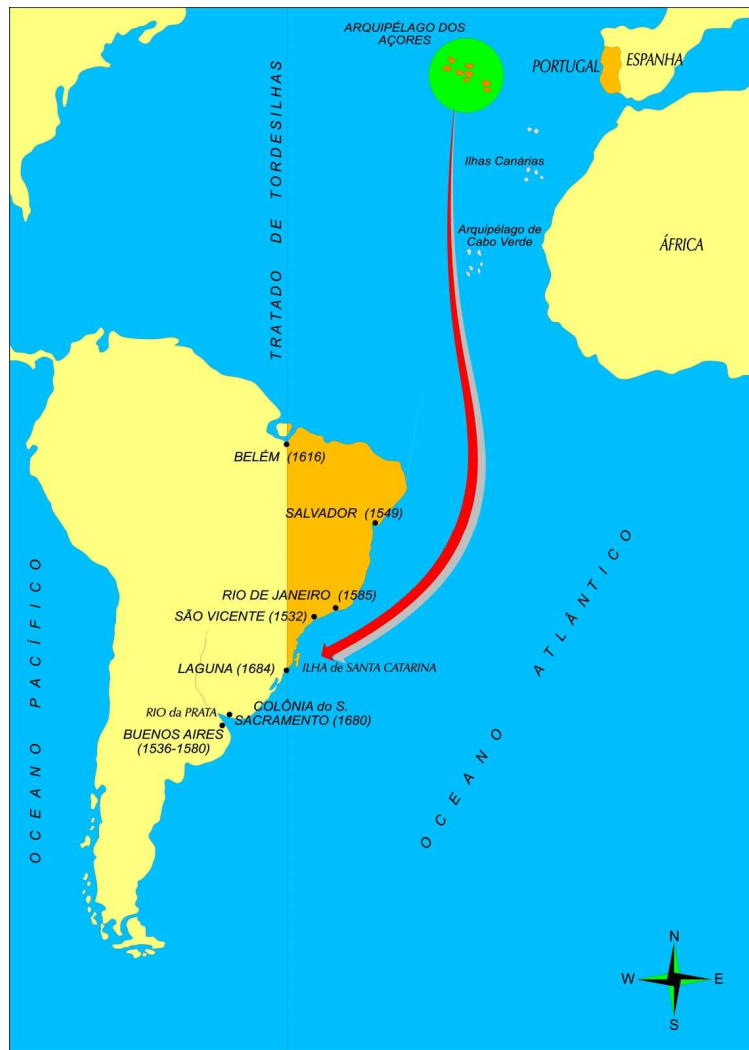
PLANO DIRETOR – PATRIMÔNIO HISTÓRICO 7  
DIRETRIZES BÁSICAS .

Em 1679, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho requereu ao governador da Capitania “duas léguas de terras em quadra no distrito da Ilha de Santa Catarina, onde já tinha Igreja N. Sra. do Desterro” e “meia légua de terra de uma lagoa onde já tinha fazenda de cultura” (PIAZZA, 1983, p. 112). O estabelecimento da povoação ocorreu entorno desta pequena capela, que posteriormente cedeu lugar à Igreja Matriz (atual Catedral Metropolitana). A ocupação foi incrementada com colonos paulistas, sobretudo vicentistas. (ver Mapa 4 na página seguinte).

### Defesa e ocupação do território (XVIII)

Desde o século XVIII, Florianópolis é sede da Capitania (1738). A elevação à vila ocorreu um pouco antes, em 23/03/1726, quando foi emancipado da Câmara da Vila da Laguna. Seu primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes, iniciou a fortificação da Ilha de Santa Catarina, incrementando o povoamento, com contingentes vindos das ilhas dos Açores e da Madeira. Foram executadas as primeiras edificações oficiais, como a construção da Igreja Matriz, a antiga Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio do Governo. A arquitetura do período é conhecida como luso-brasileira.

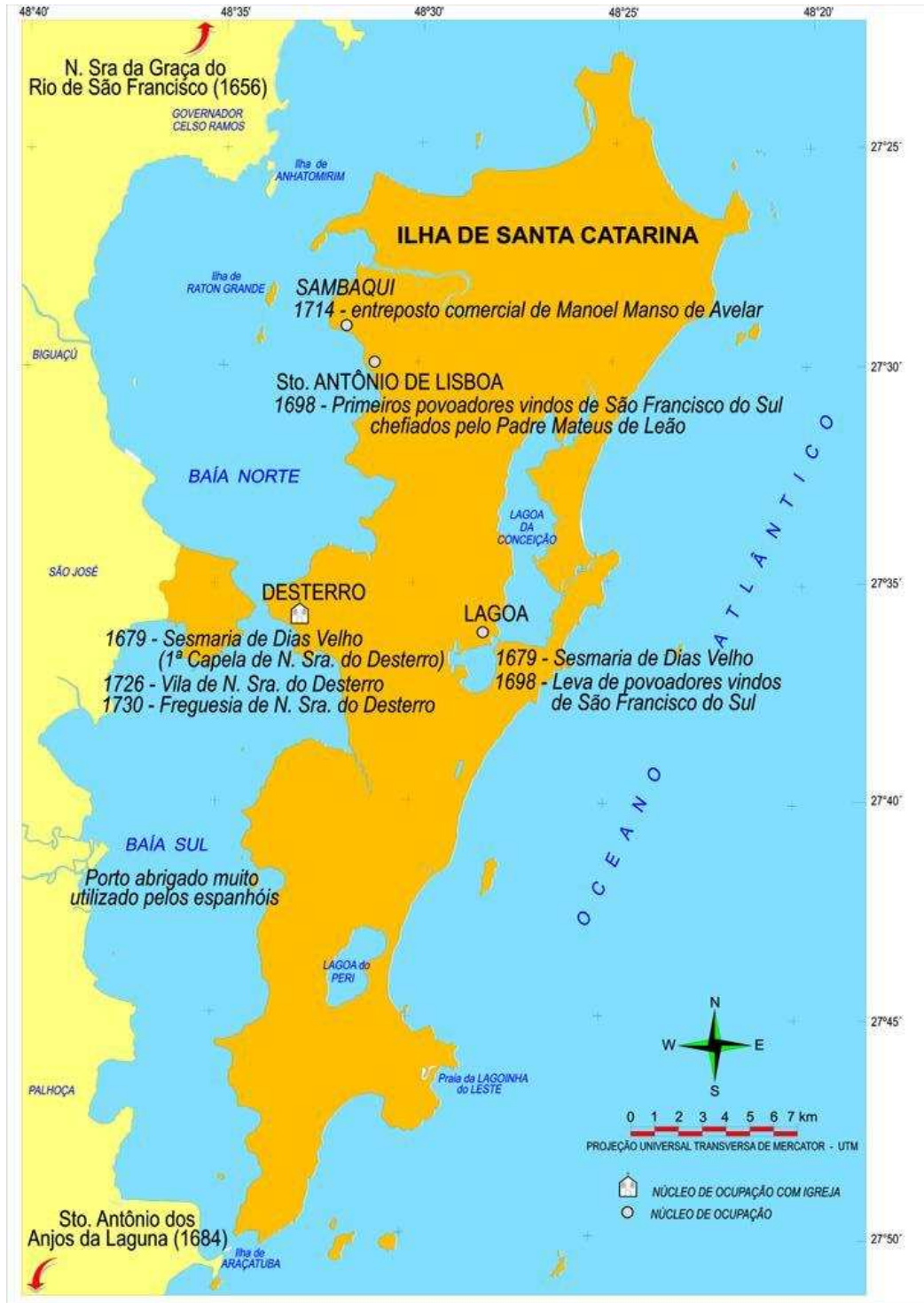
A economia é de subsistência, baseada no cultivo e na pesca. Há a manufatura de algodão e linho, da farinha de mandioca e do fabrico da cachaça. Entre os afazeres artesanais havia a secagem e moagem do café e a produção de redes de pesca e da renda de bilro. Florianópolis insere-se também no ciclo econômico da caça às baleias, com vistas à obtenção do óleo, e respectivas armações. (ver Mapas 5 e 6)



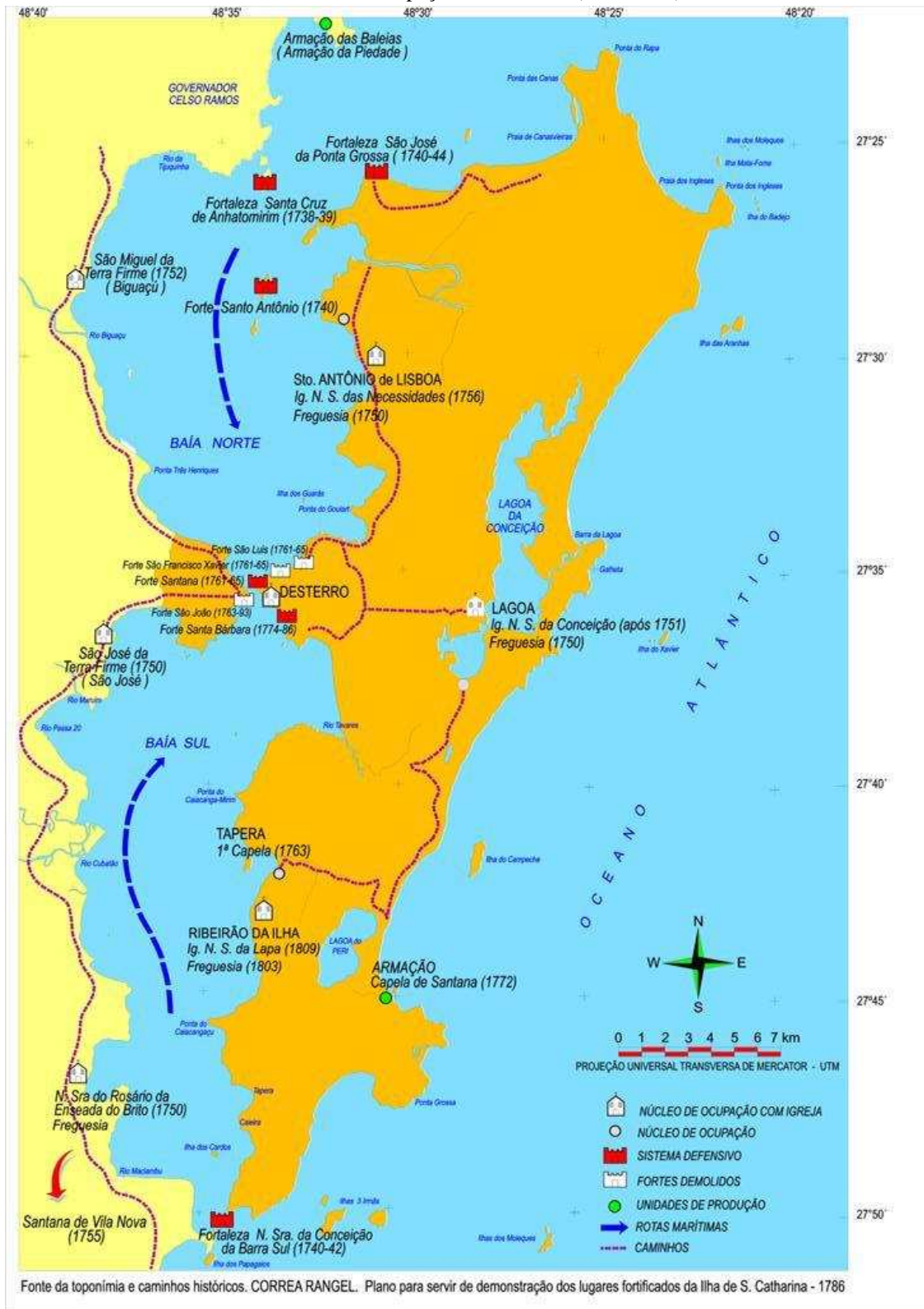
Mapa 5:  
“Imigração açoriana para o sul do Brasil  
e situação do território português no  
contexto europeu e latino americano”



Mapa 4: “Período Colonial Brasileiro: primeiros povoadores e posse do território (séc. XVII e início de XVIII)”.



Mapa 6: “Período Colonial Brasileiro: defesa e ocupação do território (sec. XVIII)”





INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS

### **III - IMPÉRIO: período de atividade portuária, comercial e administrativa**

Após a independência do Brasil (1822), Desterro é elevada à categoria de cidade (1823). Em 1833 foram desmembrados os municípios de São José e Biguaçu. A visita do imperador D. Pedro II à cidade em 1845 se reflete em melhorias urbanas.

Com a proibição do tráfico negreiro para o Brasil (1850), a imigração européia recebe um grande incremento, tendo seu apogeu, no sul do Brasil, o período entre 1870/90. Há um grande desenvolvimento da navegação e comércio e o Porto da Cidade do Desterro apresenta importância significativa, sendo o principal centro portuário para importação e distribuição de mercadorias no Estado. Inicia-se a expansão urbana para além dos limites do núcleo de fundação. A ocupação das localidades é acompanhada da construção de templos religiosos (ver Mapa 7 na página seguinte)

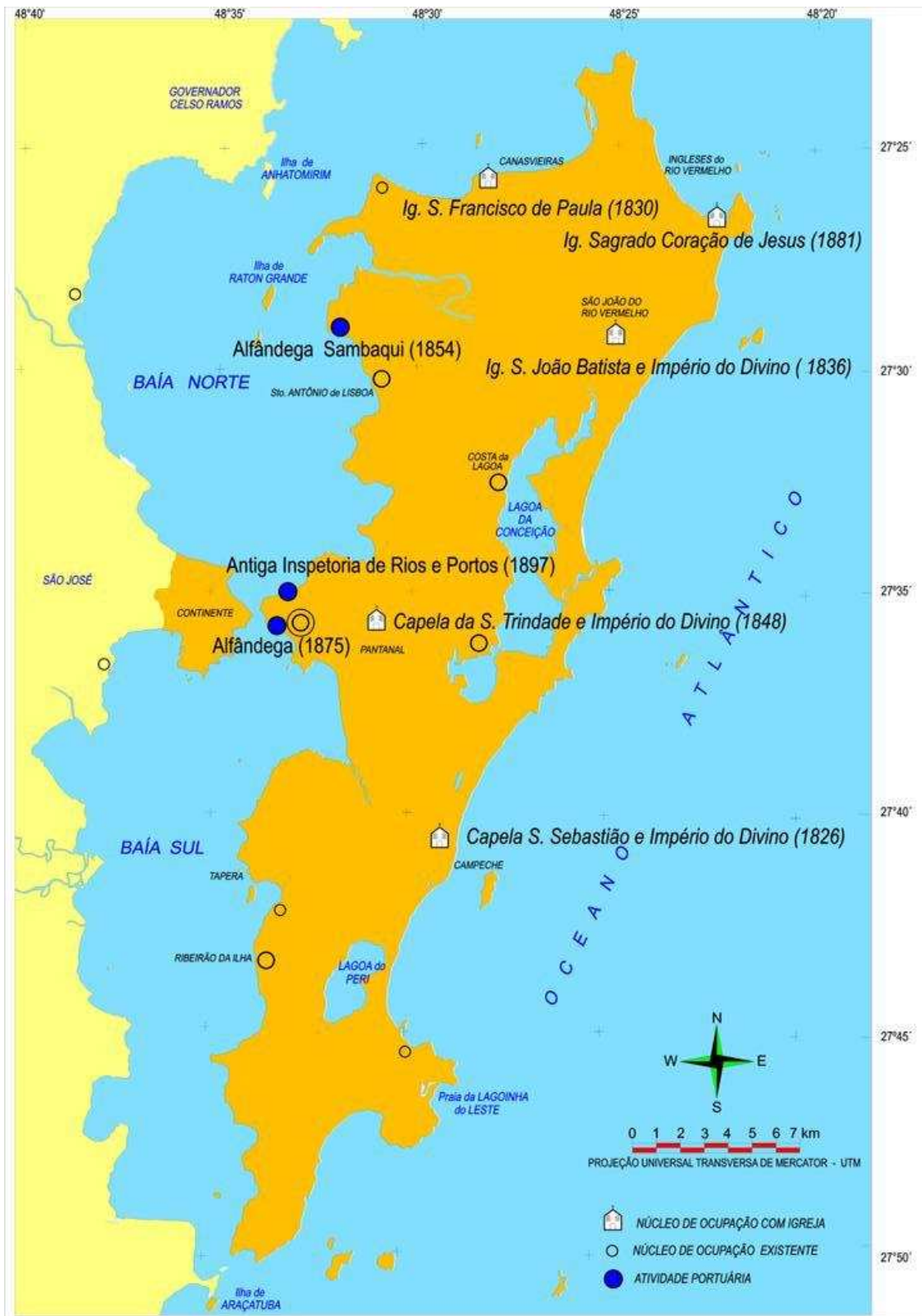
### **IV - REPÚBLICA (1889 - 1950): período de atividade administrativa**

Com a República (1889), em 1894 ocorre a Revolução Federalista, com a derrota dos rebeldes. Em decorrência de ter sido sede do movimento, houve um grande número de fuzilamentos na Fortaleza de Anhatomirim e Desterro passa a se chamar Florianópolis em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto. A cidade se fortaleceu em sua condição de capital do Estado recebendo a instalação da rede de energia elétrica (1900), sistema de abastecimento de água (1909) com captação de esgoto (1916) e construção do forno incinerador de lixo (1914).

Com a construção da Ponte Hercílio Luz (1926), há o acesso viário à Ilha de Santa Catarina, com conseqüente expansão urbana para o Continente, sendo que o bairro do Estreito é anexado ao Município de Florianópolis (1944). O novo acesso marca a inserção de Florianópolis em um processo de modernização. Há a implantação de diversos equipamentos públicos por parte do Governo do Estado. No entanto o Município ainda apresentava uma característica tipicamente rural, com ocupação esparsa ao longo das antigas estradas coloniais e concentração urbana somente na Área Central da Ilha e do Continente.

Florianópolis foi uma das primeiras cidades brasileiras servidas pelo transporte aéreo regular, efetuado, na época, por hidroaviões da Panair do Brasil e do Sindicato Condor. O “Campo de Pouso do Campeche”, construído na década de 1920, não só foi o primeiro aeroporto do Estado de Santa Catarina, mas teve destaque na aviação brasileira face aos poucos recursos tecnológicos de então. Serviu durante décadas como pista de pouso do correio aéreo da Companhia Aérea Societé Latecoère (Air France), na rota da Europa com o Atlântico-Sul (Paris, Natal, Rio de Janeiro, Florianópolis, Buenos Aires, Santiago do Chile). Foi desativado por volta de 1950.

Mapa 7: “Período Imperial: atividade portuária, comercial e administrativa”.



## **V – REPÚBLICA - SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX (1950 em diante): período de atividade terciária: administração e turismo**

Na década de 1950 há a construção do aeroporto Hercílio Luz e a aprovação do primeiro Plano Diretor da cidade (1955). Na década seguinte, há o fechamento do porto de Florianópolis (1962), devido às melhores condições do porto de Itajaí ao norte, e ao melhor desempenho econômico das outras regiões do Estado. O sistema educacional é incrementado com a instalação das universidades federal (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina - 1960) e estadual (UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – 1964). A implantação da BR-101, elemento de ligação do litoral brasileiro de norte a sul, na década de 1960, insere o litoral catarinense na rede viária nacional.

A década de 1970 consolida a integração de Florianópolis, o que ganha visibilidade com a execução do Aterro da Baía Sul (1972-74), justificado pela necessidade de construção da segunda ponte, denominada Colombo Salles e da construção da via expressa Beira Mar Norte. A instalação das estatais (SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste e ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil), como consequência do Programa de Cidades de Porte Médio, que objetivava a descentralização da migração populacional interna brasileira, então fortemente direcionada para os grandes centros. Há também a instalação de empresas estatais estaduais<sup>3</sup> (CELESC, TELESC e CASAN).

A economia, até então sustentada pelo comércio e pela administração pública, recebe forte incremento da atividade turística nacional e internacional e da construção civil. Há um significativo incremento do número de migrantes. A pressão imobiliária daí resultante provoca a substancial transformação da paisagem urbana. A partir de meados da década de 1960, há o adensamento e verticalização das áreas centrais urbanizadas, com substituição de residências unifamiliares por multifamiliares. Iniciou-se a ocupação de encostas de morros e manguezais por populações de baixa renda, expulsos das áreas centrais e de orla, mais valorizadas, ou por imigrantes de zonas rurais do Estado.

Na década de 1970, a expansão urbana acontece em direção aos balneários, ao interior da ilha e ao continente. Há o incremento da conurbação com os municípios vizinhos de São José, Palhoça e Biguaçu. Hoje a região metropolitana da Grande Florianópolis compreende 22 municípios, agregando à Capital e sua área conurbada, os municípios de Antonio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, entre outros.

A cidade consolidou-se como pólo turístico e desenvolveu um ainda incipiente setor tecnológico. Tornou-se o maior centro de ensino médio e universitário do Estado. Quanto à acessibilidade por via aérea, desde 1989 o aeroporto Hercílio Luz opera com vôos internacionais. A rede viária se estrutura em duas pontes de concreto, Pontes Colombo Salles (1975) e Pedro Ivo Campos (1990), que substituem o acesso à parte insular, que antes era feito pela ponte pênsil Hercílio Luz (desativada no início da década de 1990 devido a problemas em sua estrutura). Apesar destas mudanças, a cidade conseguiu manter signos da sua história presentes não só na estrutura urbana, através da arte, arquitetura e do traçado urbano, como também nos fazeres, costumes e tradições, a exemplo da religiosidade, das festas e da expressão artística.

<sup>3</sup> A CELESC foi criada em 1955 e teve seu ciclo de expansão na década de 1970. A CASAN foi criada em 1971, em substituição ao DAES – Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária, que havia sido criado em 1963.

As Referências Bibliográficas estão no final do documento.

### **Mapas**

Mapa 1: Período Colonial Brasileiro: território português (séc. XVI) (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006)..

Mapa 2: Período Colonial Brasileiro: era dos descobrimentos (séc. XVI) (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006).

Mapa 3: Período Colonial Brasileiro: povoamento vicentista (séc. XVII) (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006).

Mapa 4: Período Colonial Brasileiro: primeiros povoadores e posse do território (séc. XVII e início de XVIII) (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006).

Mapa 5: Imigração açoriana para o sul do Brasil e situação do território português no contexto europeu e latino americano (elaboração IPUF, 2001. In: Farias, 2001, p.114).

Mapa 6: Período Colonial Brasileiro: defesa e ocupação do território (séc. XVIII) (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006).

Mapa 7: Período Imperial: atividade portuária, comercial e administrativa (elaboração SEPHAN/IPUF, 2006).

---

## **POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL**

### **I - HISTÓRICO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO <sup>4</sup>**

O início dos trabalhos de preservação deste acervo cultural construído foi possível com a promulgação da legislação municipal de tombamento, que também criou o órgão municipal de preservação – SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Município. Isto ocorreu em 1974, constituindo-se provavelmente em uma das primeiras legislações municipais de tombamento no Brasil.

Vinculado à estrutura municipal do planejamento, o IPUF, a preservação foi concebida como elemento integrante do planejamento urbano da cidade. Assim, a preservação abrange não só a proteção, pontual, do acervo monumental, mas também os conjuntos urbanos, ou seja, o patrimônio ambiental urbano.

Tal conceito resultou em legislação urbanística própria, ou seja, foi criada uma categoria complementar no Plano Diretor, as Áreas de Preservação Cultural (APC), que consiste em um zoneamento sobreposto ao uso do solo, que define procedimentos específicos para o acervo protegido. A proteção também foi realizada através de decretos de tombamento, resultando em tombamentos individuais e de conjuntos urbanos.

Tendo percorrido as etapas do “conhecer” e “proteger”, fez-se necessário “recuperar” e “revitalizar” o acervo, segundo critérios contemporâneos de restauração, que priorizam a originalidade do substrato protegido. As ações de proteção têm sido acompanhadas por medidas complementares que objetivam contribuir para a viabilização econômica do acervo. Neste sentido, a municipalidade concede benefícios fiscais e urbanísticos. Dentre as medidas complementares é concedida a redução de até 100% do IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano e o proprietário pode utilizar o mecanismo de transferência do índice de construção.

Para a efetiva transformação e valorização das áreas históricas, em 1993 foi iniciado o Projeto Renovar, cujo objetivo é a recuperação global dos conjuntos históricos presentes na Área Central e a conseqüente revitalização do espaço urbano. Destacou-se a ação de Despoluição Visual que objetivou o disciplinamento da comunicação visual e dos toldos. A ação teve como resultado a gradual recomposição das edificações históricas, quanto ao seu exterior. Essas ações públicas, juntamente com outras de âmbito federal e estadual, tais como a recuperação das fortalezas, deram um novo impulso à inclusão de Florianópolis no circuito turístico cultural de abrangência nacional.

No processo de salvaguarda do citado patrimônio, houve acertos, dificuldades, equívocos e algumas lacunas, destacando-se algumas destas categorias a seguir:

#### **DOS ACERTOS**

O sistema defensivo, do século XVIII, representado pelas fortalezas, foi protegido como referência histórica no contexto da defesa do território sul da América Portuguesa (tombamento federal na década de 1930).

---

<sup>4</sup> Para aprofundamento desse relato, consultar o documento elaborado pelo IPUF/SEPHAN “PROJETO RENOVAR: preservação do patrimônio histórico cultural de natureza material de Florianópolis / Santa Catarina.”



As referências materiais da ocupação urbana, efetivadas a partir do século XVIII, foram parcialmente protegidas através da legislação municipal, promulgada em 1974, sendo a 1ª iniciativa municipal de proteção no Brasil (a Lei 1202/74 dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente).

A COTESPHAN<sup>5</sup>, instituída em 1974, é um fórum democrático de reflexão e instrumento gerenciador auxiliar, composta por representantes da sociedade civil, que contribui para a reflexão acerca da política de preservação.

A partir da década de 1980, o SEPHAN<sup>6</sup> foi transferido para o IPUF. Nessa oportunidade, o conceito de preservação foi ampliado, abrangendo não só a proteção pontual do acervo monumental, mas também os conjuntos urbanos, ou seja, o patrimônio ambiental urbano.

Em 1985, a preservação patrimonial urbana foi inserida no planejamento urbano da cidade. A legislação urbana delimitou Áreas de Preservação Cultural, incorporou parâmetros orientadores para a preservação do acervo protegido e definiu benefícios urbanísticos.

Após efetivar a proteção de parcela significativa do patrimônio ambiental urbano, sua revitalização ocorreu através do Projeto Renovar, instituído em 1993, que estimulou ações de recuperação do casario, despoluição visual e reestruturação do espaço público. Como ação isolada vem promovendo mudanças na conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

#### DAS DIFICULDADES

As Áreas de Preservação Cultural – APC, criadas no Plano Diretor, necessitam regulamentação. Dos conjuntos de APC, somente as APC-1 (áreas históricas) foram objeto de gestão pelo SEPHAN. As demais categorias, ou seja, as APC-2 (áreas de paisagem cultural) e APC-3 (áreas arqueológicas), não foram objeto de gestão, devido ao fato do IPUF não dispor de técnicos especialistas em antropologia e arqueologia em sua equipe.

O poder de polícia (fiscalização, controle e punição) é deficitário.

O problema da valorização econômica dos bens patrimoniais se mantém: preservar continua sendo visto como ônus.

Falta a cultura da “valorização do patrimônio histórico”. Não houve investimentos em um processo contínuo de conscientização, seja através de campanhas educativas em todos os níveis, ou do incentivo ao debate público. As ações públicas têm sido realizadas sem considerar a continuidade das políticas anteriores, cujas tomadas de decisões se dão, geralmente, sem a participação dos técnicos e de setores representativos da comunidade.

Os núcleos do interior da ilha estão em acelerada descaracterização, devido à desvalorização da cultura tradicional, à crescente especulação imobiliária e à falta de políticas públicas objetivas que reforcem a identidade local.

#### DOS EQUÍVOCOS

A falta de ações coordenadas do poder público quanto ao uso dos equipamentos de sua propriedade vem contribuindo para o processo de degradação das áreas históricas. No caso de

<sup>5</sup> COTESPHAN – Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural.

<sup>6</sup> SEPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis.

Florianópolis, o Centro Histórico abrigou, desde o início da fundação da cidade, o complexo administrativo do estado e do município. A descentralização da estrutura administrativa para o interior do estado e a criação de um centro cívico na periferia provocaram o súbito esvaziamento do Centro Histórico tradicional.

A desarticulação das políticas públicas compromete o patrimônio histórico, a exemplo da perda substancial de regiões tradicionais, tais como o Estreito, que perdem, completamente, sua identidade local; Na década de 1970, a visão era a metropolização em detrimento da preservação do patrimônio histórico. Isto se reflete no Plano Diretor de 1976, que não considerou os conjuntos históricos existentes e promoveu uma ruptura entre a cidade e o mar.

Os núcleos do interior da ilha eram, originalmente, ocupações rurais, de densidade territorial baixa e esparsa. O Plano Diretor de 1985 possibilitou a ocupação nos interstícios, modificando as características das áreas, densificando a ocupação das mesmas.

O Plano Diretor de 1985 determinou 3 categorias de preservação, em que aquelas, classificadas como P2, “são unidades partícipes de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser parte do conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamentos externos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano”. Neste caso, ocorre perda ou mutilação do interior dessas edificações históricas, pela descontextualização da unidade arquitetônica.

#### DO QUE ESTÁ EM EMINÊNCIA DE PERDA:

Os acervos patrimoniais, urbanos e rurais necessitam de inventário expedito, pois a intensa densificação da ocupação tem provocado perdas significativas dos acervos, histórico, arquitetônico, paisagístico e de ambiência desses conjuntos. Destacam-se, neste contexto, as antigas unidades de produção (engenhos de farinha e alambiques) e as edificações representativas das correntes arquitetônicas mais recentes (art-decô, modernismo).

A ocupação contemporânea desfigura o contexto fundiário. Deve ser privilegiada a visão de quadra e de conjuntos. O processo de evolução urbana deve ter a possibilidade de ser identificado através da preservação das diferentes correntes arquitetônicas, representativas das diversas épocas que as determinaram. A diversidade de uso deverá ser estimulada e compatibilizada com o acervo protegido.

## II OBJETIVOS: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL

A Política Municipal de Preservação tem por objetivo o resgate, a continuidade e valorização da identidade cultural de Florianópolis, representada pelo acervo patrimonial construído ao longo do tempo nos diferentes períodos da sua história até a atualidade. Tal acervo está consolidado como marco referencial na paisagem ambiental e deve estar integrado à vida cotidiana da população e à dinâmica econômica da cidade.

#### JUSTIFICATIVA

Florianópolis, assim como outros centros dinâmicos, apresentou um crescimento vertiginoso, resultado da vinda de um grande contingente populacional, gerando um processo impactante de grandes transformações, sobretudo nas estruturas sociais e econômicas, que se refletiram na contínua destruição do seu acervo patrimonial histórico. A globalização tem resultado na padronização dos valores e uniformização da paisagem construída, e esta ação “massificadora” sobre os valores

particulares de cada ambiente remete ao perigo potencial de perda da identidade cultural e das singularidades das cidades. Tal situação é mais danosa quando se trata de um município que tem como base econômica o turismo.

As cidades são identificadas através do legado que atesta suas origens: evolução, condição urbana arquitetônica e ambiental. A “redescoberta da história” valoriza a memória como um importante referencial urbano. A recuperação do acervo patrimonial construído permite a retomada de laços com a identidade local e este resgate pontua aspectos peculiares do Município, destacando sua individualidade.

Com base nestas considerações iniciais, foram classificados os principais atrativos culturais de Florianópolis os quais podem ser identificados por meio de três categorias distintas:

1) Patrimônio Arqueológico;

2) Patrimônio Cultural de Natureza Material

A - Urbano e Paisagístico

- antigos caminhos terrestres e náuticos
- Centro Histórico, setores e bairros do Distrito Sede;
- antigos núcleos urbanos do Interior da Ilha;
- empreendimentos urbanos referenciais para a evolução urbana da cidade;
- referenciais marcantes para a paisagem construída;
- locais de memória.

B - Arquitetônico

- arquitetura monumental oficial, militar ou religiosa;
- arquitetura vernacular;
- arquitetura tecnológica e industrial;
- arquitetura do século XX.

3) Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.

---

## **DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA MATERIAL DE FLORIANÓPOLIS**

O patrimônio histórico e cultural de natureza material se constitui em um dos principais protagonistas do Plano Diretor de Florianópolis. O acervo hoje protegido é resultado do esforço conjunto de vários grupos sócio-econômico-culturais. Trata-se de uma riqueza social e sua manutenção é responsabilidade coletiva. Na implantação de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável, a dimensão cultural deverá ser tratada com a mesma importância que as dimensões econômicas, sociais e políticas, considerando as seguintes premissas e diretrizes básicas:

### **PRINCIPIOS BÁSICOS**

- Preservar e valorizar o excepcional ambiente natural de Florianópolis, composto por uma diversidade de ecossistemas, de modo a garantir parâmetros excelentes de qualidade de vida da população, bem como a necessária contextualização paisagística de implantação e entorno dos assentamentos humanos.

- Identificar, proteger, valorizar e divulgar, os aspectos relativos à identidade e significado de todos os segmentos da sociedade plural, contemplando sua dimensão temporal, que expressa na materialidade os valores culturais imateriais que são sua força motriz.
- Tratar de forma integrada a conservação do patrimônio natural e cultural, de natureza material e imaterial, resgatando-o como marco referencial na paisagem do Município.
- As ações de preservação deverão estar em consonância com o desenvolvimento sócio econômico garantindo sua sustentabilidade.
- O planejamento urbano da cidade deve ter como condicionante a política de preservação do patrimônio histórico cultural.
- Promover ações que objetivem a conscientização e maior conhecimento dos valores histórico-culturais de Florianópolis

#### DIRETRIZES

- Determinar a identidade, a vocação cultural e as especificidades dos diferentes lugares.
- Garantir a identificação da evolução da ocupação urbana e arquitetônica de Florianópolis, a partir de sua característica de patrimônio heteromorfo, com especial atenção para com os aspectos que garantam a identidade dos bairros e localidades.
- Ampliar o acervo protegido, contemplando os testemunhos edificados das correntes tipológicas mais recentes (tais como o art-decô, modernismo e a arquitetura contemporânea), bem como os exemplares de arquitetura vernacular e tecnológica (como os engenhos de farinha e cana-de-açúcar) e os caminhos e trilhas históricas e tradicionais;
- Garantir a acessibilidade aos caminhos e trilhas históricas e tradicionais, inclusive aquelas que conectam localidades, bem como os acessos à borda d'água (como praia, costões, pesqueiros)
- Garantir a ambiência e entorno dos bens protegidos, das diversas esferas governamentais, criando-se áreas de transição e amortecimento, com atenção à relação entre a paisagem cultural e a paisagem natural.
- Garantir a permanência da população autóctone, através da criação de mecanismos urbanísticos específicos.
- Realizar ações de valorização do acervo cultural protegido.
- Difundir os significados do patrimônio cultural junto à população, em âmbito público, acadêmico e, sobretudo, com uma ação educativa com foco voltado para as crianças.
- O patrimônio cultural pode ser usufruído pela economia do turismo, evitando sua banalização como um “produto turístico”.
- Refrear o crescimento desordenado e o especulativo
- Manter a estrutura fundiária
- Criar mecanismos que viabilizem a preservação do patrimônio como um todo, viabilizando seu uso contemporâneo efetivo, integrado à vida da cidade e seus ciclos.
- Criar mecanismos legais de punição para garantir a efetivação das diretrizes definidas

---

#### RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS PARA O PLANO DIRETOR

##### **I – DAR CONTINUIDADE ÀS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO EFETUADAS ATÉ A PRESENTE DATA**

**II – AMPLIAR O ESTOQUE PATRIMONIAL, com base no legado patrimonial, devidamente compreendido em seu significado, à luz das demandas contemporâneas através das seguintes ações:**

**Identificar, proteger e valorizar**

- Antigos caminhos terrestres e náuticos
- componentes urbanos integrantes da paisagem histórica urbana
- empreendimentos urbanos que são referenciais para a evolução urbana
- cadastramento e proteção dos engenhos de farinha e cana de açúcar
- patrimônio tecnológico e industrial: arquitetura e acervo (maquinário)
- correntes arquitetônicas mais recentes e a arquitetura vernacular (popular)
- interiores significativos do acervo construído
- dimensão cultural intangível
- sítios arqueológicos (delimitação exata in loco e por sistema GPS)
- contexto do sítio protegido: implantação, entorno e ambiência e vistas panorâmicas
- referenciais marcantes na paisagem construída e suas áreas de entorno de visibilidade
- Áreas de transição (bordas dos conjuntos)
- Locais da memória
- Bairros do continente e na área de expansão urbana além da Área Central

**III – INSERIR / ENFATIZAR NA LEGISLAÇÃO URBANA:**

**1) criação das categorias no Plano Diretor de Uso do Solo:**

- Marcos referenciais históricos culturais com delimitação das áreas de entorno de visibilidade
- Áreas de transição (bordas dos conjuntos)
- Caminhos históricos
- Locais da memória

**2) criar o instrumento de inventário, no espírito do artigo 216 da Constituição Federal, como forma de acautelamento e preservação.**

**3) corrigir normas / preceitos legais hoje vigentes e que são danosos à proteção do acervo histórico**

**4) garantir a manutenção das características originais da arquitetura, quanto à sua tipologia e morfologia, bem como da estrutura e volumetria urbana predominante nas áreas protegidas. A deliberação deverá ser dada com base em parecer técnico especializado de profissional arquiteto (conforme determinação do CREA para responsáveis técnicos de obras de restauração).**

**5) ampliar o conceito de proteção na categoria P2, hoje vigente, incluindo como espaço protegidos os halls de entrada e corredores, quando houver uso comunitário (a exemplo de edifícios).**

**IV – INCENTIVAR**

- Uso náutico para lazer e transporte

---

## **INSTRUMENTOS LEGAIS BÁSICOS**

### **MECANISMOS REFERENTE À PROTEÇÃO**

- LEI MUNICIPAL Nº 1.202/74 – dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente (SEPHAN), (com alteração da Lei 6486 de 27/05/2004)

- DECRETO MUNICIPAL Nº 046/84 – regulamenta as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN) e da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN).
- LEI MUNICIPAL Nº 6486/2004 - Altera o art. 19 referente à visibilidade de bens tombados ou enquadrado na categoria de preservação P1 e P2 e inclui dispositivos na lei nº 1202/74
- LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2005 - Trata de aspectos da visibilidade de bens do patrimônio histórico, cultural e religioso de Florianópolis

A proteção dos bens pode ser realizado de duas formas distintas: através de Decreto de Tombamento, promulgados pelo Sr. Prefeito, ou através de Áreas de Preservação Cultural definidas através de Leis Municipais, e sua regulamentação em uma das 3 categorias de preservação (conforme definição na legislação de uso do solo).

### INSTRUMENTOS DE USO DO SOLO

- LEI MUNICIPAL Nº 2193/85 (Plano Diretor dos Balneários da Ilha de Santa Catarina) – de artigos referentes à Transferência do Direito de Construir e às Áreas de Preservação Cultural (APC).
- LEI MUNICIPAL Nº 001/97 (Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis) – de artigos referentes à Transferência do Direito de Construir e às Áreas de Preservação Cultural (APC).

### INSTRUMENTOS DE INCENTIVOS

- LEI COMPLEMENTAR 007/97 - Consolidação das Leis Tributárias do município de Florianópolis (art. 225, inciso VII), regulamentada através do Decreto Municipal Nº 040/90 (O benefício da isenção de IPTU para imóveis preservados foi criado pela LEI MUNICIPAL Nº 1.835/82)
- LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2003 – que amplia o benefício de transferência de índice para imóveis classificados como P3

---

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADAMS, Betina (2002). **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- \_\_\_\_\_. (2004) **Challenges and trends: the trajectory of urban preservation in Florianópolis / Santa Catarina Island / Brazil**. Publicada no primeiro volume da revista eletrônica “City and Time” <http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewissue.php?id=1>
- \_\_\_\_\_. (2004) **Relação urbes x água: valorização de um patrimônio inestimável**. Publicado em documento eletrônico do Seminário Ciudad-Rio. <http://www.ciudad-rio.com.ar/adams.htm>
- \_\_\_\_\_. (2005) **Dealing with the historic cores of “swollen cities”: Notes from the Brazilian perspective** In: Proceedings of ICOMOS 15<sup>th</sup> Assembly and Scientific Symposium. Xi’an/China: World Publishing Corporation, 2005. (Vol 1: Section I: Defining the setting of monuments and sites – the significance of tangible and intangible cultural and natural qualities pg. 21 -26) <http://www.international.icomos.org/xian2005/papers.htm>
- ADAMS, Betina / ALBERS ARAUJO, Suzane (2003). **Experiência municipal de preservação do patrimônio ambiental-cultural urbano. Florianópolis / Sana Catarina**. Comunicação apresentada no Fórum de ecologia, realizado pela UDESC, em Florianópolis, em maio de 2003 e publicada na revista eletrônica Xaman ([http://www.helsinki.fi/hum/ibero/xaman/articulos/2004\\_01/](http://www.helsinki.fi/hum/ibero/xaman/articulos/2004_01/))
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues (1972). **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1970). **História de Santa Catarina**. Fpolis: Laudes.
- \_\_\_\_\_. (1979). **Nossa Senhora do Desterro: Notícia e Memória**. Florianópolis: Lunardelli. 2v:
- CORRÊA, Carlos Humberto P (1997). **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Diário Catarinense.

FARIAS, Vilson Francisco de (1998). **Dos Açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo: povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense: um livro para o ensino fundamental. Florianópolis: Ed. do autor.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / PMF (2004). **Database**.

\_\_\_\_\_. (1984). **Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina**: Diagnóstico. Florianópolis, documento datilografado.

\_\_\_\_\_. (1986). **Revisão do Plano Diretor do Distrito Sede**: Diagnóstico (vol.I). Florianópolis, documento datilografado.

\_\_\_\_\_. (2000). **Guia ruas de Florianópolis** Florianópolis: EDEME/IPUF.

\_\_\_\_\_. (2005) **PROJETO RENOVAR: preservação do patrimônio histórico cultural de natureza material de FLORIANÓPOLIS / SANTA CATARINA**. Documento datilografado

\_\_\_\_\_. **Atlas do Município de Florianópolis** / coordenado por Maria das Dores de Almeida Bastos. Florianópolis/SC. Florianópolis: IPUF.

\_\_\_\_\_. / voluntários. (2005) **Pensando a cidade: aspectos do patrimônio cultural**. In: <http://www.ipuf.sc.gov.br/> clicar link patrimônio cultural

IPUF/SEPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Florianópolis – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Arquivo**.

\_\_\_\_\_. (1980-2000). **Justificativas de tombamento e pesquisas históricas**. Florianópolis: IPUF (documentos datilografados).

\_\_\_\_\_. (1982). **Diretrizes para a preservação do patrimônio histórico**. Florianópolis: IPUF (documento datilografado).

MELLO, Amílcar D'Avila de (2005). **Expedições Santa Catarina na era dos Descobrimentos Geográficos**. Florianópolis: Expressão, (3 vol.).

NOELLI, Francisco Silva (2005). **Os indígenas do Brasil Meridional**. In: MELLO, Amílcar D'Avila de (2005). **Expedições Santa Catarina na era dos Descobrimentos Geográficos**. Florianópolis: Expressão, p. 199-124.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio (1991). **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte..

\_\_\_\_\_. Tradição e Plano Urbano. (1953). In: **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991. p. 355 396.

PIAZZA, Walter Fernando (1982). **A colonização de Santa Catarina**. Obra premiada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Porto Alegre: Editora Pallotti e BRDE.

\_\_\_\_\_. (1983). **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli.

POYARES DOS REIS, Sara Regina.

\_\_\_\_\_. Ver também SILVEIRA DE SOUZA.

SILVA, Adolfo Nicolich da (1995). **Florianópolis: a história de uma cidade**. Florianópolis: Papa-Livro. 196p.:il.

\_\_\_\_\_. (1999). **Ruas de Florianópolis: resenha histórica**. Florianópolis: FFC..

SILVEIRA DE SOUZA, Sara Regina (1981). **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina – séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: IOESC.

\_\_\_\_\_. Ver também POYARES DOS REIS.

VERAS VEIGA, Eliane (1993). **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis, Editora da UFSC/FFC, 1993.

ROLNIK, Raquel. **Um novo lugar para o velho centro** In: <http://www.vitruvius.com.br/> minha cidade **164. Cidades do Brasil**

## DOCUMENTOS BASE

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2000), **Censo**.

## CARTAS PATRIMONIAIS

Em português

Do ICOMOS / BRASIL - <http://www.icomos.org.br/cartas.htm>

Do IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do> - clicar em coletania virtual

Em inglês

Do ICOMOS INTERNACIONAL - <http://www.international.icomos.org/home.htm> clicar em downlowds. ICOMOS Charters